

OS DESDOBRAMENTOS DO PROJETO GRANDE CARAJÁS

AUTOR : ESTANISLAU LUCZYNSKI

APRESENTAÇÃO

Este artigo pretende iniciar a discussão dos vários desdobramentos do Projeto Grande Carajás, na forma de abordagens integradas dos problemas causados por um Mega Projeto na região Amazônica. Esses problemas são de caráter social, ambiental, tecnológico e econômico. Cada artigo tratará especificamente de um desses pontos, porém, o que agora se inicia age como uma síntese das questões a serem futuramente levantadas.

O PROJETO GRANDE CARAJÁS E OS INVESTIMENTOS

Após a descoberta das jazidas minerais de Carajás na década de sessenta, o Governo Federal iniciou gestões visando o aproveitamento desses recursos minerais. Para o aproveitamento se tornar concreto, necessitava-se de um volume de investimentos de grande monta. O capital destinado à efetivação do Projeto Grande Carajás foi reunido no início da década de oitenta, permitindo o início formal das operações comerciais em 1985.

Em 1981, o Ministro do Planejamento Delfim Neto (governo João Figueredo) levantou um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão, junto a investidores de Washington, Frankfurt e Tokio. O dinheiro possibilitaria a exportação de 15 milhões de t de minério de ferro iniciais, num valor aproximado de US\$ 300 milhões. Para atrair os investimentos estrangeiros, o Conselho Deliberativo do Grande Carajás criou alguns

incentivos, que visavam facilitar as operações de exploração e importação - exportação na Amazônia. Os principais incentivos foram:

- a) isenção de imposto de renda pelo prazo de dez anos;
- b) tarifa subsidiada de energia;
- c) isenção de impostos para a importação de equipamentos;
- d) arrendamento por trinta anos de terras da União.

Os investidores estrangeiros contatados pelo Ministro Delfim contribuíram respectivamente com:

US\$ 600 milhões - Comunidade Européia

US\$ 500 milhões - Fundo de Cooperação Econômica do Japão

US\$ 300 milhões - Banco Mundial

US\$ 250 milhões - As Sete Maiores Siderúrgicas Japonesas

US\$ 50 milhões - Eximbank Japonês

De todas as negociações conduzidas pelo Ministro, para a captação de recursos, as mais difíceis foram travadas com o Banco Mundial. Embora anteriormente o Banco já houvesse financiado vários projetos no Brasil, principalmente a expansão do programa hidrelétrico e a maior parte dos projetos siderúrgicos, havia a preocupação, por parte do Banco, com o ritmo de operação das siderúrgicas e a baixa rentabilidade das empresas do setor elétrico. A opinião do Banco Mundial era que, nas condições reinantes, o retorno dos investimentos era incerto, e exigiu então a reativação do Programa Siderúrgico Nacional e a elevação das tarifas de energia elétrica, a fim de gerar receitas para o setor. Isto levou a um reajuste de 3% acima da inflação das tarifas de energia elétrica, já em 1982.

O Governo Federal esperava que, com esse aporte de recursos, as receitas apenas de minério de ferro atingissem cerca de US\$ 800 milhões/ano, a partir de 1987, criando cerca de 11 mil empregos diretos.

Contudo, todos esses investimentos não se mostraram suficientes. A previsão de gastos feita em 1981 foi refeita em 1985, ano formal do início das operações do Projeto Carajás.

A construção da Estrada de Ferro Marabá-Porto de Itaquí elevou os custos totais do PGC para US\$ 3 bilhões (Cr\$ 12 trilhões em 1985). Todavia, a receita estimada com minério de ferro ainda estava em torno de US\$ 700 milhões/ano (Cr\$ 2,4 trilhões em 1985). Neste novo custo total, foi incluída a instalação de 11 mil empregados e seus familiares junto ao núcleo central de Carajás.

Oficialmente o Governo Brasileiro dizia que a operação anual do Projeto iria gerar divisas da ordem de US\$ 17 bilhões/ano, sendo que os investimentos anuais seriam de apenas 1% do total do Capital Nacional, pois o Grande Carajás produziria produtos de grande demanda internacional. Além disso, haveria a criação de 1 milhão de empregos diretos na área, que se desdobrariam em 6 milhões, relativos ao aproveitamento do potencial da Região. Os empregos indiretos, que dão suporte às atividades diretas, atingiriam 20 milhões, i.e., 16% da população brasileira da época. Ainda cerca de 90% do investimento global seria em moeda nacional, haveria a implantação de uma ferrovia com 890 Km de extensão e a implantação de núcleos urbanos ao longo da ferrovia.

Segundo Bahia (1990), o PGC já aglutinou em torno de si, em investimentos relacionados a infra-estrutura e instalações industriais, cerca de US\$ 20 bilhões direcionados para a produção sidero-metalúrgica de ferro-gusa, aço, ferro-ligas e alumínio, suprida por suas próprias reservas.

A MOVIMENTAÇÃO INSTITUCIONAL PARA EFETIVAR O PGC

Em 1982, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República criou um Grupo de Trabalho cujo objetivo era abordar a questão energética do PGC, i.e., com a instalação do Projeto na região, como se daria o aporte de insumos para a produção sidero-metalúrgica. Uma das principais recomendações foi a da organização de produtores para garantir o fornecimento de madeira e carvão vegetal para fins energéticos nas zonas industriais do PGC, que São Barcarena, São Luís, Tucuruí, Marabá, Serra dos Carajás e Imperatriz.

Essa recomendação federal incentivou os grupos ligados à produção sidero-metalúrgica, em especial a do ferro-gusa, a escolha de locais para a implementação de suas usinas e a garantir o seu acesso ao insumo energético, no caso lenha para a produção de carvão vegetal. Todos os projetos se baseavam na utilização maciça de carvão vegetal como insumo, e nenhum deles foi precedido de estudos de planejamento regional ou de viabilidade técnica ou econômica (Ab'Saber, 1987).

Apesar das tentativas dos diversos grupos industriais diretamente envolvidos no PGC (CODEBAR, CCM e COSIPAR), de disciplinar ou organizar a extração - obtenção da biomassa para a produção de carvão vegetal por meio de terceiros, estas gestões se mostraram infrutíferas e o resultado foi que os produtores não as puderam atender nas quantidades, qualidade e especificações desejadas, levando os interessados em carvão vegetal a projetos próprios de produção. Todavia, continuavam a adquirir carvão vegetal de alguns produtores selecionados, essencialmente por estarem localizados próximos a vias de escoamento. Como as siderúrgicas precisam de carvão barato oriundo de mata nativa, não existe incentivo à preservação da

madeira, que termina sendo destinada à produção de carvão e vendida a preços baixos. Caso a siderurgia de carvão vegetal produzisse bens valorizados, talvez o impacto ecológico fosse menor, pois poder-se-ia cobrar caro pelo carvão, valorizando a madeira e talvez a plantação de florestas energéticas.

O IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DA FLORESTA

A produção de ferro-gusa no Pólo de Carajás é intensiva em carvão vegetal. Essa intensidade acarreta diversos problemas ambientais e sociais; os principais são o desmatamento para a produção de insumo e os conflitos agrários que se estabeleceram na região, entre os grandes latifundiários e os migrantes que objetivavam produzir carvão vegetal.

Geralmente, para a produção de uma tonelada de ferro-gusa são necessários, em média, $3,78 \text{ m}^3$ de carvão vegetal. Para se produzir 1 m^3 de carvão vegetal, por sua vez, são necessários $2,2 \text{ m}^3$ de lenha. Segundo Queralt (1987), nesse ano o PGC utilizou $4.105.080 \text{ m}^3$ de carvão vegetal na produção de 1.086 milhões t de ferro-gusa, o que implicou no consumo de $9.031.176 \text{ m}^3$ de lenha ou no desmatamento de 30.103,92 ha de floresta. Já a produção de ferro-ligas consumiu entre 90 e 270 mil ha/ano. Somente a implantação da ferrovia Marabá-Porto de Itaquí desmatou 500 mil ha/ano.

A cidade de Marabá, principal pólo industrial da região do PGC, responde por 93% da demanda de carvão vegetal. Há a previsão de seu consumo anual de carvão vegetal atingir 720.900 t/ano, ou seja, 900 mil ha/ano de florestas desmatadas. No ano de 1987, dois anos depois do início de operação do Projeto, Marabá já possuía 12% de cobertura

vegetal removida, e havia queimado 95 mil ha de floresta, num raio de 60 Km a partir do centro do município.

A remoção da cobertura vegetal traz a reboque o empobrecimento dos solos. Anualmente são perdidas cerca de 65.000 t em nutrientes presentes no solo. Estima-se que a sidero-metalurgia em Carajás demande, em média, segundo o tipo de cobertura florestal (Penalber et al., 1987), cerca de:

22.352 ha/ano de floresta densa

39.069 ha/ano de floresta aberta

56.696 ha/ano de cerrado

Para melhor exemplificar o volume de material que esses números apresentam, a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza calcula que, com o volume de carvão vegetal a ser anualmente produzido, poder-se-ia construir um prisma de base 100 x 100 m com altura de 50 andares. Já a Comissão de Desenvolvimento Industrial do Pará, por sua vez, estima que será cortado 1 km² de selva a cada três dias, i.e., 35 ha/dia.

CONSIDERAÇÃO FINAL

A instalação de um projeto do porte de Carajás implica na análise de inúmeras variáveis, desde as de caráter ambiental, social e econômico, até aquelas normalmente não consideradas nesse tipo de empreendimento, como as migrações populacionais e diminuição do padrão de vida das populações nativas, que habitam as cercanias do projeto.

Devemos considerar que qualquer ação de cunho exploratório implica na alteração da ordem natural de um ecossistema (considerando aqui o homem como parte integrante). Contudo o medo da ação impactante não deve de modo algum impedir a exploração de um recurso. Devemos encontrar um ponto de equilíbrio que permita a exploração sem

a extinção do recurso a curto prazo e que ainda permita a mitigação ou reversão dos possíveis impactos ocasionados.

OBSERVAÇÕES :

(1)- Atualmente o PGC (Projeto Grande Carajás) engloba 218 municípios , correspondendo a 42% do estado do Pará , 96% do estado do Maranhão e 9% de Tocantins , ou seja , 10.6% do território nacional.

(2)- Estima-se que no período entre 1990 e 2010, a receita do projeto atinja US\$ 100 bilhões .

(3)- Num hectare , pode-se obter (média) de 300 m³ de lenha .

REFERÊNCIAS

AB'SABER , A. N. (1987) - Gênese de uma nova região siderúrgica : acertos e distorções de origem , na Faixa Carajás-São Luís . *Pará Desenvolvimento* , 22 : 3-15.

BAHIA, R.R.P. (1990) - Os Requisitos energéticos para o Projeto Grande Carajás. In : CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA . Anais . Rio de Janeiro, 1990. V 3 , p. 974-980 . COOPERJ

PENALBER , A. M. C. (1987) - Elementos para a elaboração de uma política de exploração racional dos recursos florestais para fins de carvoejamento, na área do Programa Grande Carajás no Estado do Pará . *Pará Desenvolvimento* , 22 : 35-40.

QUERALT, M. A. (1987) - A Polêmica questão do carvoejamento no Programa Grande Carajás. *Pará Desenvolvimento* , 22 : 16-22 .